

AULP – Experiência ímpar e gratificante

Introdução

A Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) foi criada em circunstâncias que o Primeiro Presidente desta associação, o Prof. António Simões Lopes, descreveu nos seguintes termos: “Num ambiente de expectativa (só os delegados brasileiros e portugueses se conheciam) algum cuidado, que os factos demonstraram ser exagerado, era usado pela delegação portuguesa quando adiantava sugestões e propostas para o modelo a instituir e para a sua instituição efectiva. Valeu na circunstância o carácter extrovertido, sempre animoso e bem disposto, mesmo “folgazão”, da delegação brasileira que cedo “quebrou o gelo”; e valeu também o espírito organizativo assente nos conhecimentos técnico-jurídicos do então Reitor da Universidade Eduardo Mondlane para que, naturalmente, surgisse um projecto de Estatutos que a participação de todos tornou de aceitação consensual e a que haveria de aderir mais tarde, sem a menor dificuldade, a Universidade Agostinho Neto, ausente no encontro da Praia. Valeu, ainda, o ambiente hospitaleiro com que a República de Cabo Verde nos acolheu, num enquadramento que permitiu desde logo uma avaliação confirmadora dos elevados padrões culturais, conhecidos, deste nosso país de língua portuguesa”¹.

Estes termos descrevem bem o espírito que anima os encontros e desencontros dos nossos povos rumo à construção de um futuro comum.

A adesão da Universidade Agostinho Neto (UAN) à AULP foi um compromisso assumido por esta universidade em relação aos seus ideais e estatutos.

Estas linhas pretendem testemunhar a curta, mas intensa, e gratificante passagem que tivemos pela AULP, que continua a ser uma referência incontornável para o nosso ser.

O contexto da realização da XII assembleia da AULP em Luanda

Acabávamos de ser eleitos, a 6 de Janeiro de 2002, Reitor da Universidade Agostinho Neto (UAN), única universidade pública (do estado) e nacional da República de Angola, na altura.

Um dos pelouros importantes, aliás bem realçados no programa do Reitor eleito, era o relacionado com a cooperação internacional, vector importante para

1. Lopes, António Simões (2006). Língua Portuguesa, Multiculturalismo e Cooperação Económica. Macau: in XVI Encontro da AULP (2006).

criar dinâmicas de mudança necessárias, numa universidade refém do contexto e caracterizada pela resignação generalizada dos seus docentes, discentes e trabalhadores não docentes.

Angola vivia num contexto de guerra fratricida que já durava há mais de 21 anos, isto é, desde a independência a 11 de Novembro de 1975. Poucos angolanos, no princípio do ano de 2002, acreditavam no fim breve daquela guerra devastadora. Mas esta descrença era muito maior no seio dos estrangeiros. Poucos queriam “arriscar-se” a ir a Angola, seja lá para o que fosse. Assim, a intenção da UAN, inicialmente manifestada durante o XI Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) em Viseu (Portugal) de organizar o XII Encontro da AULP em Angola, na Província de Benguela ficou comprometida – medo e descrença, naturais, dos colegas portugueses e incerteza e desconhecimento, compreensíveis, dos colegas brasileiros. Estamos a falar de colegas de instituições de ensino superior de países mais representados na AULP.

Contudo, achávamos importante organizar o XII. Esta vontade era produto da convicção de que estávamos em condições (UAN) de garantir a segurança dos membros da AULP ao XII Encontro, da existência de competências para eventualmente assumir a Presidência da AULP e da necessidade inadiável de internacionalização da UAN. Havia que provar isso mesmo aos nossos colegas, sobretudo aos portugueses. O Reitor recém-eleito da UAN teve que se deslocar a Lisboa para reunir com os Reitores mais influentes na AULP, em particular do Conselho de Reitores Portugueses (CRUP), que manifestaram por escrito a necessidade de conhecer (examinar) o novo Reitor da UAN, na medida em que a organização do encontro podia pressupor (pressupunha) a assunção da Presidência da AULP. Pôr na mão de um Reitor desconhecido, jovem (com apenas 46 anos) e de um país em guerra os destinos da AULP, já com algum renome internacional, era um grande risco! Passámos o “exame”, conseguindo vencer o cepticismo dos nossos colegas, que nada mais queriam... senão ver uma AULP a florir. A benevolência do Conselho de Administração da AULP, presidido pelo Prof. Brazão Mazula, então Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, em ter permitido adiar por um mês a data prevista para realização do XII Encontro, foi um feito facilitador.

A nossa vontade em organizar o XII encontro da AULP em Angola, naquela altura, também resultava da nossa convicção de que as instituições de ensino, de ensino superior em particular, podem e devem ser um veículo para o moldar das mentes para a cultura da paz, como afirmamos no discurso de abertura do XII Encontro, que teve lugar em Luanda: “às Universidades cabe o estabelecimento e a consolidação da paz e da democracia, da reconciliação e da tolerância, do intercâmbio e da cooperação”.

Finalmente, foi decisivo o apoio do Governo de Angola que, por orientação de Sua Excelência Presidente da República, o Eng.º José Eduardo dos Santos, assu-

miu totalmente todos os custos inerentes à realização do XII Encontro da AULP em Angola, realizado de 7 a 9 de Maio de 2002. É preciso sublinhar que este evento foi realizado já num contexto de fim da guerra fratricida², mas de grandes desafios, para com os milhares de deslocados de guerra.

A presidência da AULP - uma verdadeira aprendizagem

No quadro do XII Encontro da AULP, como era de praxe, realizou-se a Assembleia Geral da nossa associação. Nesta assembleia a UAN, com apoio das universidades privadas angolanas, que acabaram também por se associar, apresentou a sua candidatura à presidência da AULP para os 3 anos seguintes. A candidatura foi suportada por um programa que era reflexo da nossa visão, expressa no nosso discurso de abertura do XII Encontro sobre o que seria a nossa Presidência se fôssemos eleitos³.

Assumíamos assim a presidência da organização da AULP, encorajados por Sua Excelência Presidente da República de Angola, Eng.º José Eduardo Dos Santos, que teve a amabilidade de receber em audiência o recém-eleito Conselho de Administração da AULP, e pelos nossos colegas de Macau, que constituíram o balão de oxigénio necessário à sobrevivência da AULP, como viemos logo a saber: as instituições portuguesas que apoiavam financeiramente e de forma complementar a AULP, alegadamente por dificuldades financeiras, deixaram de financiar a associação; As universidades associadas do Brasil tinham cada vez mais dificuldades em adquirir fundos para transferir para o exterior do seu país, por razões legais, não podendo assim pagar as suas quotas; alguns associados de países africanos não tinham dinheiro para cumprir com as suas obrigações estatutárias.

Houve a necessidade de se engendrar um programa de diplomacia académica para salvar a AULP da falta de verbas, o que podia comprometer o seu funcionamento e consequentemente a sua existência. A materialização desta diplomacia académica foi assegurada por valiosos colaboradores do Presidente da AULP, nomeadamente o Prof. José Dias Lopes da Silva, Reitor da Universidade Técnica de Lisboa (1º Vice-Presidente da AULP), a Profª Inguelore Scheuneman de Souza, Reitora da Universidade Federal de Pelotas do Brasil (2ª Vice-Presidente) e o Dr. José Augusto Perestrello de Alarcão Troni (Secretário Geral da AULP), que trataram, usando das suas relações e influências, de falar com as autoridades de Portugal, Brasil e Macau, respectivamente, para que nos recebessem em audiên-

2. A 4 de Abril de 2002, em Angola, na Província do Moxico, foi assinado o acordo de paz entre o Governo de Angola e a UNITA, o que pôs fim a guerra fratricida que iniciara em 1975, logo depois da independência.

3. “A valia do Ensino Superior, na formação, no aprofundamento do conhecimento e na pesquisa de novos caminhos, ou na interacção com o tecido social, é hoje reconhecido por todos. Instrumento do desenvolvimento humano, científico, cultural e social, as Instituições de Ensino Superior têm de ser capazes de reflectir sobre si próprias e apostar na sua renovação, para fazer face às mudanças sociais, mantendo os valores essenciais que as caracterizam.”

cias para advogarmos a causa da AULP e a necessidade da sua existência para o estreitamento das relações dos nossos países, nos domínios do ensino superior e da investigação científica. O Presidente da AULP encarregou-se de fazer a advocacia junto das autoridades angolanas e de outros países africanos de língua oficial portuguesa.

Esta estratégia surtiu os seus efeitos. Durante o nosso mandato fomos recebidos em audiências por várias personalidades políticas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): em Angola, por Sua Excelência Presidente da República, Eng.º José Eduardo dos Santos; de visita a Angola, por Sua Excelência Luís Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil; em Cabo Verde, por sua Excelência Pedro de Verona Rodrigues Pires, Presidente da República de Cabo Verde; em Macau, por Sua Excelência Edmund Ho Hau Wah, Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau; e em Portugal, por Sua Excelência Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Prof. José Mariano Rebelo Pires Gago. Nestes encontros, para além do apoio financeiro, “solicitamos apoios para a materialização dos projectos dos Grupos de Missão, que sustentam o facto de a AULP poder ser o parceiro privilegiado da CPLP na reflexão, implementação e desenvolvimento do ensino superior e da investigação científica na nossa Comunidade”⁴.

Fomos igualmente recebidos em audiências pelos sucessivos Secretários Executivos da CPLP, aos quais fizemos sentir o papel que a AULP podia desempenhar na nossa Comunidade.

Para além de se conseguir estabilizar a situação financeira, outro dos resultados mais relevantes que nos orgulha foi a criação formal do *Espaço de Ensino Superior* de uma comunidade de nações irmãs, no qual se incluem os nossos amigos da região administrativa de Macau, a chamada Declaração de Fortaleza, assinada pelos Ministros responsáveis pelo Ensino Superior da CPLP, de 26 de Maio de 2004.

O desenvolvimento da Universidade Agostinho Neto e a AULP

A adesão da UAN à AULP e a conseqüente assunção da presidência desta permitiram que a UAN tivesse melhorado o seu desempenho⁵, graças a acordos de cooperação assinados com instituições membros da AULP. Um dos exemplos emblemáticos foi a instituição, pela primeira vez em Angola, depois da independência, de cursos de mestrado.

4. Teta, J.S. (2005). Discurso de Abertura do Presidente da AULP. Lisboa: in XV Encontro da AULP (2005).

5. Teta, J.S. (2015). O plano de relançamento da Universidade Agostinho Neto a nível nacional e a massificação do ensino superior em Angola in Roteiro do Plane(j)amento Estratégico: Percursos e Encruzilhadas do Ensino Superior no Espaço de Língua Portuguesa, 228-248. Imprensa da Universidade de Coimbra (2015).

AULP, o monstro adormecido

A falta de apoio coordenado e multiforme à AULP, a nível dos países membros da CPLP, na materialização efectiva do Espaço de Ensino Superior, na implementação de um Espaço de Investigação Científica e na concepção e implementação de uma Universidade Virtual de Língua Portuguesa, debilitam a nossa associação composta por virtudes académicas e científicas dispersas por 4 continentes.

Conclusões e recomendações

A nossa passagem pela AULP, diante dos destinos desta associação foi uma oportunidade de reconfirmar que “só sei que nada sei”.

Urge unir esforços a nível das instituições de ensino superior e de investigação científica da CPLP e da China (Macau) para tornar a AULP numa instituição forte, capaz de contribuir para o melhoramento da qualidade de ensino e para o desenvolvimento técnico e científico dos nossos países.

António Correia e Silva

Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde
Reitor fundador da Universidade de Cabo Verde (2006-2010)

Por imperativo de futuro das oito nações que por comodidade chamarei aqui de lusófonas, a AULP deve ocupar um lugar incontornável no ecossistema das organizações que hoje labutam para tornar a língua portuguesa uma das mais importantes línguas de ciência, de criação artística e de reflexão jurídica e filosófica do nosso tempo. Porque é deste modo que o nosso idioma comum será capaz de facultar aos seus utilizadores a possibilidade não só de acederem a um enorme e diversificado legado histórico, como também a chance de encontrarem nela os instrumentos linguísticos e conceptuais que lhes permita participar no movimento de inovação que caracteriza a sociedade do conhecimento. Afinal de contas, como escreveu Wittgenstein, “os limites da minha linguagem são os limites do meu mundo”. Com isso pretendo deixar claro que fazer parte de uma dinâmica língua de ciência e de cultura – o que só é realizável com o decisivo concurso das universidades –, pode ser um dos intangíveis do desenvolvimento dos nossos países. Não de qualquer desenvolvimento, bem entendido, mas daquele que é inclusivo e por isso requer amplo acesso da sociedade ao sistema de ensino, forte aposta na qualificação do capital humano, a apropriação e o domínio da ciência e a geração de empresas e organizações inovadoras. Claro que uma opção por um desenvolvimento com estes contornos pressupõe a necessidade da inequívoca rejeição/superação da economia de renda que, por estrangimentos de trajetória, tem entretanto vigorado em grande parte dos nossos países. Ela assenta, como sabemos, não na busca constante dos ganhos de eficiência e de produtividade, mas sim, na exploração passiva dos recursos naturais, na disponibilidade de mão-de-obra abundante, barata e de baixa qualificação e, pior do que tudo, numa acentuada desigualdade social. Ou então em rendas de situação, como a Ajuda Pública ao Desenvolvimento e as remessas de emigrantes. Inútil será dizer que as economias de renda não permanecem ao longo do tempo necessariamente estagnadas. Pelo contrário, podem gerar inclusivamente conjunturas de forte crescimento, mas nunca chegam a produzir um modelo de desenvolvimento que seja sustentável.

Num quadro social deste tipo, as universidades de qualidade e produtoras de ciência têm um papel marginal e, quando existem, são destinadas tão-somente a formar restritas elites. É despiendo dizer que não é isto que almejamos, mas sim que – apoiando-nos em universidades e na língua portuguesa, como vetores de aquisição e difusão do conhecimento, – possamos superar não apenas o deficiente

desenvolvimento, como igualmente formas predatórias, excludentes e insustentáveis de crescimento económico.

Se realço o papel da AULP neste desiderato é porque acredito que não há como realizar esta ambição de desenvolvimento, que passa pela inclusão educativa, apropriação da ciência e tecnologia, dinamização da inovação e o fomento das economias criativas, sem as universidades. Mas atenção: mesmo com elas, tal desenvolvimento continua a não ser possível se cada universidade dos nossos países se quedar encerrada no seu espaço nacional ou mesmo se entretiver uma articulação frouxa e uma cooperação de baixa sinergia com os demais membros da comunidade universitária lusófona. Uma tal ambição, que possui a força mobilizadora das utopias, implica vontade firme e persistente mas também a construção de organizações que congreguem e integrem o trabalho de pessoas, organizações e países da CPLP em matéria de ensino superior e da ciência.

Ora, a AULP é a plataforma organizacional que poderá alavancar um movimento de cooperação inter-universitária de modo a potenciar em diferentes países da CPLP o processo de transição da economia de renda – dependente e caracterizada por uma baixa competitividade –, para a economia baseada no conhecimento. Para que a referida associação possa efetivamente dar um contributo decisivo neste processo e cumprir o papel histórico que lhe está reservado no mundo das sociedades lusófonas, torna-se necessário que ela se dote de uma estratégia clara de densificação e diversificação da cooperação entre universidades, de modo a que o nível delas se eleve em conjunto e sejam, no quadro das suas respectivas sociedades, agentes de mudança. Nesta senda, é de se aplaudir o esforço que se tem feito ultimamente para alargar o número e o círculo geográfico das universidades integrantes. Tempos houve em que, se exceptuássemos os poucos membros africanos, a associação era composta quase exclusivamente por universidades e institutos politécnicos portugueses. Muitos apelidavam-na então por graça de associação luso-portuguesa. O Brasil esteve durante muito tempo sub-representado. Mas o que pode uma associação de universidades que pretenda representar o universo académico que labora em português se ela deixa o Brasil de fora ou quase? Muito pouco, a meu ver. Por isso creio ter sido lúcida a investida feita pelas mais recentes direcções da AULP (refiro-me à presidência do Reitor João Guerreiro em diante), no sentido de mobilizar as universidades brasileiras, trazendo-as para a rede que a associação ainda hoje está a tecer. Há algum caminho feito, é verdade, mas temos ainda pela frente uma longa estrada, até que a AULP se converta numa dinâmica plataforma de trabalho cooperativo e seja verdadeiramente representativa do universo universitário lusófono. A história destes esforços é, no entanto, gratificante e encorajadora. Recordemos que quando a presidência esteve com o Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais se gizaram, pela primeira vez com tal dimensão, programas de mobilidade de estudantes e professores que

depois vieram a ser implementados com o apoio da CAPES. Infelizmente tem faltado recursos para desenvolver mais programas de intercâmbio docente, discente e de gestores universitários à nossa associação e ela tem ficado, em função disso, dependente de boas vontades circunstanciais dos governos. Uma forma de ultrapassar este problema é propor e negociar contratos-programas entre a CPLP, representada pelo seu Conselho de Ministros de Ensino Superior e da Ciência, e a AULP. Esta poderá ser uma via de ultrapassar a precariedade dos financiamentos.

Sem prejuízos das reuniões anuais de reitores e das associações setoriais na área do ambiente e agricultura, creio ser pertinente criarem-se grupos de trabalho temáticos focados em coisas como o ensino à distância, integração de repositórios de acesso aberto das universidades da associação, a produção de recursos educativos abertos (REA) e também a convergência dos sistemas de garantia de qualidade, internos às universidades. Se existe tópico que reclama trabalho conjunto é o da promoção de doutoramentos inter-institucionais e em rede, sobretudo quando se leva em conta que temos na nossa comunidade dois países de desenvolvimento científico médio/avançado, que são Portugal e o Brasil, ao passo que os restantes estão, com mais ou menos diferenciação, em fase de take off científico. Programas neste eixo de trabalho possuem o condão de permitir às universidades menos consolidadas formar e credenciar o seu corpo docente e também estimular a pesquisa em rede inter-universitária lusófona. Quando ocupei o cargo de Ministro do Ensino Superior de Cabo Verde, com o apoio dos governos de Portugal e do Brasil e sob a coordenação do prestigiado Instituto Gulbenkian da Ciência, lançámos um dinâmico programa de formação de cientistas dos PALOP e Timor, chamado Programa de Pós-graduação Ciência para o Desenvolvimento (PGCD). Creio tratar-se de um exemplo inspirador, assim como o é a REALP (Rede de Estudos Ambientais de Língua Portuguesa). A AULP precisa potenciar o aparecimento de mais consórcios lusófonos de pós-graduação, pois, este é o caminho que nos conduzirá a comunidade inter-universitária pujante.

Não posso terminar este breve depoimento sem antes fazer referência a uma pendência em torno de uma declaração corajosa feita, em 2004, em Fortaleza, no Brasil, pelos ministros da Educação da CPLP. Estes na referida data haviam proclamado a necessidade da construção do Espaço Lusófono de Ensino Superior (ELES). Creio que a CPLP, se quiser aprofundar o ideário de comunidade que se encontra na base do seu nascimento, não poderá descartar nunca o projecto do anunciado ELES.

Talvez a implementação do Processo de Fortaleza – digo “processo” porque a concretização da Declaração tem de ser necessariamente gradual, contemplando as especificidades e os compromissos de cada país – passe não tanto pela ação unilateral dos governos, levando as universidades a reboque, mas por uma articulação mais operacional e cooperante entre aqueles e estas, representadas pela AULP.

Jorge Ferrão

Presidente da AULP no triénio 2011-2014

A jovem Universidade Lúrio, instituição de ensino superior pública, em actividade desde 2007 em Nampula, norte de Moçambique, e praticamente desconhecida no meio académico da CPLP, teve a honra de, como membro recente da AULP, vir a ser escolhida para a sua presidência na assembleia geral realizada em Bragança a 8 de junho de 2011. Assumimos assim, enquanto reitor da Universidade Lúrio, o cargo antes desempenhado pelo reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Professor Doutor Clélio Campolina.

Até então, o primeiro e único encontro da AULP em Moçambique fora em 1999, tendo na presidência da AULP o Professor Doutor Brazão Mazula, reitor da Universidade Eduardo Mondlane. Apesar de a Universidade Lúrio estar situada no norte, em Nampula, e com pólos ainda nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, por razões logísticas que envolviam viagens, hotéis e outros custos muito elevados para todos, foi decidido realizar o XXII Encontro da AULP em Maputo, de 18 a 20 de junho de 2012. O tema da conferência “Ensino Superior e Investigação Científica no Espaço da CPLP”, foi distribuído por 4 subtemas: acreditação e qualidade; pós-graduação; mobilidade; internacionalização.

A escolha do ano de 2012 coincidia com as celebrações do 50º aniversário do ensino superior em Moçambique, incluindo o período colonial, com o estabelecimento dos EGUM - Estudos Gerais Universitários de Moçambique em 21 de agosto 1962, dois anos depois elevados à designação de ULM - Universidade de Lourenço Marques.



Imagem 1 - “Eu tinha 33 anos e vir fundar uma universidade em Moçambique era uma grande aventura, mas entendi que essa aventura devia ser a obra da minha vida”, Professor Veiga Simão (1929-2014) no XXII Encontro da AULP, em Moçambique.

Contámos com a presença do Professor Doutor Veiga Simão, antigo ministro da Educação Nacional, em Portugal, e primeiro reitor do ensino superior em Moçambique (1963 – 1970), que aceitou participar nesta conferência e honrar-nos com a sua estimada presença.

Forma encontrada para prestar uma merecida homenagem à pessoa que será reconhecida eternamente por Moçambique - pelo seu papel inovador, criativo, dedicado e eficiente com que implementou, de modo pioneiro, o ensino superior e as adjacentes atividades artísticas, culturais e desportivas. O visionário Professor Veiga Simão desenvolveu o sistema de ensino superior português, limitado, na altura, só a Lisboa, Porto e Coimbra, expandindo para o interior do país - sabendo alargar e democratizar o acesso ao ensino superior, pelo seu papel essencial no desenvolvimento económico e social.

Resumidamente, Veiga Simão era licenciado em físico-química, em Coimbra, e doutorado em física nuclear, em Cambridge (1951). Nos anos 60 foi fundador e reitor da Universidade de Lourenço Marques, onde esteve até regressar a Portugal em 1970 para assumir a função de ministro da Educação Nacional. Foi ainda embaixador na ONU (1974-75), ministro da Indústria e Energia (1983-85) e ministro da Defesa Nacional (1997-1999). Mas foi na pasta da Educação, antes do 25 de abril de 1974, que deixou a sua marca reformista.

Na sua intervenção durante a conferência, o Professor Veiga Simão salientou a visão estratégica que deve orientar a estruturação do ensino superior em Moçambique a partir das instituições do ensino superior e não do governo, tendo em conta o modelo de desenvolvimento do país e com um plano estratégico concreto para o seu futuro. Infelizmente o Professor Veiga Simão veio a falecer a 3 março de 2014 com 85 anos.

A sessão de abertura contou com a presença de ilustres convidados, como a de Sua Excelência Primeiro Ministro, Doutor Aires Ali, do Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, Professor Doutor Orlando Quilambo, do Diretor Executivo da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, Professor Doutor Narciso Matos. Todas as universidades moçambicanas, Universidade Eduardo Mondlane, Universidade Lúrio, Universidade Pedagógica, Universidade Zambeze, Universidade Politécnica, Academia de Ciências Policiais e Instituto Superior de Relações Internacionais, participaram na organização do evento, demonstrando o seu empenho.

O encontro lembrou o longo percurso dos 50 anos de ensino superior em Angola e Moçambique, nem sempre fácil. Cerca de 37 anos depois da independência, o país caminha rumo ao desenvolvimento, como um Estado de Direito, soberano e independente. As originais universidades elitistas e discriminatórias, souberam ajustar-se aos ventos de mudança, da libertação e democracia. Assim, transformaram-se em centros de reprodução de conhecimento e ciência para os

seus povos. Milhares de profissionais foram formados e deram o seu contributo à causa do desenvolvimento nacional, focando a ciência e a investigação no ensino superior, pois só numa sociedade informada é possível encurtar as distâncias e aproximar as culturas. A educação torna possível minimizar a exclusão social, as desigualdades económicas e a marginalização decorrente do desenvolvimento.

O ensino superior nos países africanos de língua portuguesa persegue o sonho de estabelecer uma academia credível, inovadora, ética e, sobretudo, humanista e exigente. O desenvolvimento desses países e povos passa por um modelo de academia assente nos ideais e nos desafios de uma sociedade globalizada e em economias competitivas, reconhecendo-se que a academia ainda é incipiente. Faltam, nomeadamente, infraestruturas, capital humano, recursos financeiros, e o desenvolvimento curricular tem sido afetado pela pressão da internacionalização do ensino superior. Deste modo, somos ainda confrontados com o impacto da globalização e com a lógica do mercado.

Não podemos ficar reféns dos mercados e da globalização. Presenciamos uma massificação do ensino superior na CPLP, que choca com os fatores determinantes da qualidade, embora conscientes da necessidade da massificação em África. É imprescindível que nos abramos à sociedade, e para tal, exigem-se alterações à forma de governo, métodos de gestão, internacionalização e ou até ao enquadramento jurídico das IES. Contudo, estas mudanças serão vitais para o cumprimento integral da missão universitária. A massificação será, portanto, acompanhada por uma mudança estrutural, mudança que exige coragem.

O aumento da competição entre as diferentes IES, potencia também o risco de se ver diminuída a importância concedida aos valores tradicionais e académicos. As nossas universidades precisam de ser lugares especiais de formação e preparação de uma nova geração, dotada de valores cívicos e estarem em pleno convívio entre si, em face da complexidade evidente da vida na sociedade. A CPLP precisa de criar um ambiente propício de vivências, onde se formem jovens para assumirem responsabilidades como cidadãos justos, responsáveis, competentes e solidários. O Ensino Superior não deve ser concebido como um negócio, visando o lucro e suscetível de lhe alterar a forma e o conteúdo.

Possuindo um passado comum com diversas afinidades, incluindo a língua portuguesa, cultura, crenças religiosas, arquitetura, artes plásticas, música, culinária, etc., é necessário aprimorar os mecanismos que nos aproximem mais, que aumentem a confiança dos cidadãos lusófonos e, sobretudo que aceitemos o pluralismo de ideias sem modelos impostos, sem metrópole e sem periferia. As universidades e a sociedade civil jogam um papel importante na dinamização destes objetivos, e podem facilitar os entendimentos.

A batalha ainda é longa, mas precisa de ser ganha. Só com uma sociedade livre da pobreza, educada e com saúde e, sobretudo com segurança alimentar, podere-

mos vencer esse desafio de construção de sociedades culturalmente inclusivas e diversificadas. A educação, e muito em particular o ensino superior, jogará um papel estratégico na consecução dos Objetivos do Milénio. Só com uma sociedade com literacia aportaremos mais qualidade de vida, e conseqüentemente, participaremos na construção de uma cidadania consciente e ativa. Com uma sociedade educada encurtaremos as distâncias e aproximaremos as culturas. Com educação minimizaremos a exclusão social, as desigualdades económicas e até a marginalização decorrente do próprio desenvolvimento. Educação permitirá unir criatividade política à vontade coletiva.

É preciso reforçar a cooperação entre as universidades e implementar um programa de mobilidade entre os estudantes, docentes e funcionários e ainda criar programas estruturantes que reforcem a capacidade letiva das universidades que ainda se encontram em processo de estabelecimento. Só através do conhecimento poderemos criar bases de desenvolvimento dos nossos países e regiões nos planos científicos, cultural, artístico, económico e social, implementando projetos comuns de investigação e extensão. Gostaríamos de fazer da AULP uma instituição reconhecida internacionalmente, e sobretudo junto da Associação Internacional das Universidades e terminar nossa intervenção desejando que os debates ocorram com serenidade, liberdade e num ambiente franco e crítico.

Não existem dúvidas de que neste encontro, o XXII Encontro da AULP, foi tanto para as universidades moçambicanas filiadas na AULP, como para todas as instituições de ensino superior em Moçambique, um momento ímpar na nossa história, na nossa existência. A realização deste encontro em terras moçambicanas não foi um simples ato de rotatividade, mas sobretudo um meio para enriquecer o subsistema nacional, bem como para afirmar e confirmar que os nossos desafios são semelhantes aos dos restantes membros da AULP.

No que se refere à acreditação e qualidade no ensino superior e à pós-graduação, o Doutor Zeferino Alexandre Martins, Ministério da Educação de Moçambique em 2012, deixou assente que temos de embarcar nela como condição, para corresponder ao potencial económico e de reserva em termos de recursos naturais que representamos. Quando se abordou a mobilidade ficou patente a necessidade de se removerem algumas barreiras, de se caminhar para uma mobilidade efetiva de docentes e estudantes e de se fazer uso de algumas iniciativas concretas já existentes.

Finalmente, gostaríamos de lembrar que no último encontro em Macau, que decorreu de 17 a 19 de setembro de 2014, a jovem Universidade Lúrio deixou a presidência da AULP para a já consolidada Universidade de Macau (criada em 1981), assumindo assim a presidência, na qualidade de vice-reitor, o Professor Doutor Rui Martins. Deixamos votos de sucesso à nova presidência, sentindo que a Universidade Lúrio, que completa este ano uma década, demonstrou que

não é a idade das instituições de ensino superior que determinam o bom empenho neste tipo de atividades. Damos por isso o nosso agradecimento a todos os colaboradores da UniLúrio, universidade que em 2007 criou o seu primeiro polo em Nampula e em 2010 já contava com 3 polos nas três províncias do Norte de Moçambique, nomeadamente: Nampula, Niassa e Cabo Delgado. Só resta dizer: Sim, nós conseguimos.

Judite Medina do Nascimento

Reitora da Universidade de Cabo Verde

A AULP realizou o seu XXV encontro em Cabo Verde, na cidade da Ribeira Grande, conhecida como Cidade Velha, que foi a primeira cidade construída pelos europeus na África subsaariana e a primeira capital de Cabo Verde. Hoje a cidade é património mundial da humanidade, por decisão da UNESCO no dia 26 de junho de 2009.

A AULP reuniu-se, sob o tema global “Novos Desafios para o Ensino Superior após os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)”, tendo como anfitriã oficial do evento, a Universidade de Cabo Verde. Em 2015, as Nações Unidas interpelaram o Mundo e fizeram um balanço dos níveis de cumprimento das metas estabelecidas para os objetivos do milénio. A AULP sentiu-se desafiada a também refletir sobre os novos objetivos para o Ensino Superior nos Países de Língua Portuguesa.

As comunicações do evento foram agrupadas em 5 painéis temáticos:

- I. Políticas e estratégias de cooperação para o desenvolvimento nos países de língua oficial portuguesa e perspectivas para o pós-ODM
- II. A difusão e desenvolvimento da língua e literatura portuguesa.
- III. A plataforma continental marítima.
- IV. A presença do mar na cultura expressa em português.
- V. Novos desafios das Universidades-membro da AULP

No primeiro de dia dos trabalhos vários eventos tiveram lugar, designadamente a reunião do Conselho de Administração da AULP, a sessão solene de abertura, as reuniões do CRUP, do CCISP, do SECPLP, a apresentação das comunicações referentes ao Tema I, a feira de exposições e um momento cultural. No segundo dia dos trabalhos continuou-se com vários eventos paralelos, para além da apresentação das comunicações dos temas II, III, IV e V, continuou-se com a reunião do SECPLP, as feiras de exposições, momentos culturais e o jantar de encerramento do XXV Encontro da AULP. No terceiro e último dia de trabalho foi organizada uma mesa redonda e duas sessões solenes de encerramento.

A Sessão Solene de Abertura do XXV Encontro da AULP contou com os discursos de boas vindas da Doutora Judite Nascimento Magnífica Reitora da UniCV, do Doutor Rui Martins, Presidente e representante do Conselho de Administração da AULP, do Doutor Wei Zhao Magnífico Reitor da Universidade de Macau, do Dr. Alcides de Pina representante do Presidente da Câmara Municipal do Município de Ribeira Grande de Santiago, do Doutor Alexis Tam Secretário

dos Assuntos Sociais e Cultura do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), do Doutor António Correia e Silva Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde e do Dr. José Maria Neves Primeiro Ministro de Cabo Verde.

Várias reuniões paralelas ocorreram durante esses três dias, para além da reunião do Conselho de Administração da AULP, teve lugar a reunião do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, a reunião do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e do Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A reunião paralela da SECPLP aconteceu durante os dois primeiros dias do evento e participaram nela as Organizações de Ensino Superior e Investigação (OESI) no CONSAN-CPLP e a FAO. Discutiui-se o papel da FAO e sua relação com as universidades buscando perspectivar um relação mais duradoura e sistemática com as OESI. Reconheceu-se as inúmeras possibilidades de cooperação e as sinergias das acções entre ambos. Ainda, a reunião do SECPLP aprovou as directrizes para um consenso do grupo para a criação de um comité com representantes de todos os países para a discussão da Segurança Alimentar. No âmbito desta reunião organizou-se um Encontro Paralelo sobre a Segurança Alimentar SECPLP intitulada “O Papel das Organizações de Ensino Superior na Promoção de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional” com apresentação de comunicações.

Uma outra reunião paralela organizada, no âmbito do Programa de Doutoramento Ciência para o Desenvolvimento (PGCD), pelo Instituto Gulbenkian de Ciência e Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação discutiu sobre “O Papel da Ciência no Desenvolvimento”. Abordaram os desafios e as dificuldades de pesquisa científica em África e é neste contexto que o doutoramento PGCD surgiu para apoiar este déficit nos países de língua portuguesa.

O XXV Encontro da AULP esteve organizado em cinco painéis temáticos, subdivididos em sessões paralelas.

O painel do tema I “Políticas e Estratégias de Cooperação para o Desenvolvimento nos Países de Língua Oficial Portuguesa e Perspectivas para Pós-ODM” foi presidido pela Presidente do Camões Instituto para a Cooperação e Língua Portuguesa, Prof. Doutora Ana Paula Laborinho. As 7 comunicações sobre o Tema I incidiram principalmente sobre a cooperação para o desenvolvimento no âmbito do ensino superior entre os países da CPLP e os vários desafios e oportunidades do conhecimento e do desenvolvimento que se colocam aos respectivos países assim como as estratégias de desenvolvimento e discutiram os factores relevantes na concepção e desenvolvimento de projectos de educação para o desenvolvimento. A comunicação de abertura do painel foi Proferida pelo Professor Doutor, António Cunha.

O Painei II, Presidido pela escritora Vera Duarte, foi aberto por uma conferência proferida pela Diretora Executiva do IILP, Prof. Doutora Mariza Mendonça.

As comunicações do Tema II “A Difusão e o Desenvolvimento da Língua e Literatura Portuguesa” reflectiram sobre os contributos dos autores lusófonos para a difusão da língua e da cultura dos países falantes da língua portuguesa assim como o contributo de línguas maternas e locais e os desafios que colocam à língua portuguesa no âmbito do multilinguismo. Ainda, discutiram sobre os projectos da CPLP para a potencialização de projectos e acções de produção e divulgação da língua portuguesa.

O painei III cuja Presidência foi feita pelo Embaixador Carlos Semedo, foi aberto pela conferência proferida pelos Professores Doutores António Lobo de Pina e Sónia Victória. As 3 comunicações referentes ao Tema III “A Plataforma Continental Marítima” incidiram sobre as pesquisas sobre a plataforma continental dos países de língua portuguesa ao longo do Oceano Atlântico assim como a paisagem subaquática de Cabo verde.

O painei IV, presidido pelo Ministro do Ensino Superior Ciência e Inovação, Prof. Doutor António Correia e Silva, foi aberto pela conferência proferida pelos Professores Elvira Reis (da Universidade de Cabo Verde) e Wlodzimierz J. Szymaniak (da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde). As 5 comunicações do Tema IV “A Presença do Mar na Cultura Expressa em Português” abordaram as percepções, as representações e os mitos que os países de língua portuguesa têm sobre o mar.

O último painei “Novos Desafios das Universidades Membros da AULP”, foi presidido pelo Presidente da AULP, Prof. Doutor Rui Martins e foi aberto pela conferência proferida pela Reitora da Universidade de Cabo Verde, Prof. Doutora Judite do Nascimento. As comunicações relativas ao Tema V reflectiram sobre os desafios das universidades no contexto Pós Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, do crescimento do ensino superior em determinados países, do desenvolvimento dos sistemas universitários, da qualidade e do fomento da pesquisa e da extensão universitária, do desenvolvimento e promoção tecnológico no ensino superior. Referiu-se, ainda, que algumas universidades passam por constrangimentos com a diminuição de números de estudantes e as dificuldades financeiras dos estudantes assim como as mudanças ocorridas com o processo de Bolonha.

Foi realizada uma Mesa Redonda intitulada “Cooperação Universitária, Desenvolvimento e Internacionalização no Diálogo Sul-Sul” organizada pela Universidade Federal de Minas Gerais. As principais reflexões basearam no desenvolvimento e os ODM, a cooperação universitária e a mobilidade internacional entre as universidades dos países de língua portuguesa.

Duas sessões de encerramento tiveram lugar no último dia do XXV Encontro da AULP.

A Sessão Solene de Encerramento do PGCD, isto é, da parte curricular do segundo PGCD com a entrega dos diplomas aos estudantes contou com os discursos do Engenheiro Fritz Sacher CEO da Merck África, do Doutor Rui Martins Presidente da AULP, da Doutora Joana Gonçalves Sá Coordenadora do PGCD, do Doutor Jonathan Howard Director do Instituto Gulbenkian e Ciência, do Doutor Paulo Pereira Vice-Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia e do Doutor António Correia e Silva Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde.

A Sessão Solene de Encerramento do XXV Encontro da AULP contou com os discursos da Doutora Judite Nascimento Magnífica Reitora da UniCV, do Doutor Rui Martins representando o Conselho de Administração da AULP, do General Rocha Vieira membro honorário AULP e do Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde Doutor António Correia e Silva.

Durante os três dias do encontro, ocorreram, paralelamente, no Hotel Vulcão, uma Feira de Exposição com stands de várias instituições, desde Feira de Materiais de Laboratórios, Edições da UniCV. Também, a Direcção-Geral do Ensino Superior do Ministério da Ciência e Inovação de Cabo Verde e a Universidade de Macau assinaram um Acordo de Cooperação. Ainda, teve lugar o lançamento e a apresentação da obra Fac-similada comemorativa do XXV da AULP de Orlando Ribeiro intitulada “A Ilha do Fogo e as suas Erupções”. Ainda, a Assembleia Geral da AULP que decidiu que a organização do próximo encontro seria em Timor Leste.